

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - Exercício de 2017

1. Sobre a POUPEX

Associação de Poupança e Empréstimo - (APE), caracterizada como instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército - (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação - (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional por meio de agências próprias, unidades de atendimento da FHE e do Banco do Brasil S.A.. Opera com recursos captados, majoritariamente, em caderneta de poupança e tem por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria. Como produtos, oferece a Caderneta de Poupança POUPEX e o Financiamento Imobiliário POUPEX, em suas diversas modalidades. Mais de 124.000 financiamentos já foram concedidos em todo o país. Conta com um sistema de governança corporativa que garante o alinhamento das ações institucionais com os interesses dos associados, das organizações parceiras, da sociedade em geral e com o conceito de responsabilidade socioambiental. Além do atendimento presencial, a POUPEX oferece atendimento telefônico por meio de sua Central de Relacionamento, com suporte para o atendimento a deficientes auditivos ou de fala. Conta, também, com uma Ouvidoria comprometida em respeitar e evidenciar a importância do cliente. Mantém estrutura de pessoal qualificado e em quantidade compatível para atender, nas melhores condições, as demandas provenientes de seu negócio e para permitir o alcance de seus objetivos. Em 31 de dezembro de 2017, contava com 7 dirigentes, 1.288 empregados, 95 estagiários e 56 jovens aprendizes selecionados entre integrantes da parcela mais carente da sociedade.

2. Contexto econômico

O ano de 2017 foi caracterizado por uma forte queda da inflação, pela redução substancial da taxa de juros básica da economia e por uma recuperação da atividade econômica maior do que a projetada no início do ano. Segundo o Comitê de Política Monetária - (COPOM) do Banco Central - (BACEN), em nota publicada ao final de dezembro último, o conjunto dos indicadores de atividade econômica mostrava sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia brasileira, embora operasse, ainda, com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego. A queda do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - (IPCA), cujo valor este ano alcançou 2,95%, contra os 6,29% registrados em 2016, reduziu a perda do poder de compra da população e, juntamente com outros fatores, proporcionou a retomada do consumo e da atividade econômica de forma geral. Paralelamente à queda da inflação, que veio sendo experimentada desde o 2º semestre de 2016, o BACEN, considerando a evolução favorável da conjuntura, reduziu a taxa Selic de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 7% ao ano em dezembro, o menor nível da história. Em relação ao crescimento, no início de 2017, a mediana das expectativas do Produto Interno Bruto - (PIB) para o ano, oriundas da pesquisa Focus, publicada pelo Banco Central, apontava crescimento real de 0,5%. Atualmente, com a maior parte dos dados do PIB de 2017 divulgado (dados disponíveis até o terceiro trimestre), as expectativas para o fechamento do ano encontram-se próximas de 1,0%, significando o fim da recessão técnica após onze trimestres de queda. A caderneta de poupança teve a melhor rentabilidade real em dez anos, valorizando 3,98% em 2017, já descontada a inflação. A captação do sistema atingiu R\$ 17 bilhões, revertendo o resultado negativo de 2016, quando as retiradas superaram os depósitos em mais de R\$ 40 bilhões. Por fim, voltando às impressões do COPOM expostas nas notas publicadas em dezembro último, os integrantes do Comitê declararam que a aprovação e a implementação das reformas, notadamente as de natureza fiscal, e de ajustes na economia brasileira serão fundamentais em 2018 para a sustentabilidade da desinflação e para a redução de sua taxa de juros estrutural.

3. Desempenho da POUPEX

A Associação apresentou resultado de R\$ 89.987 mil ao final do exercício de 2017. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado foi de 9,34% (desconsiderando, no PL, o valor dos recursos dos associados poupadores). As receitas atingiram R\$ 716.965 mil e as despesas somaram R\$ 626.978 mil. Em 31 de dezembro de 2017, computou patrimônio líquido de R\$ 5.992.142 mil, com aumento de 11,31% em relação à mesma posição de 2016. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 15,18%, atingindo R\$ 7.337.776 mil. A POUPEX manteve sua participação de 9,6521% no capital da Companhia Brasileira de Securitização - (CIBRASEC). A Caderneta de Poupança POUPEX fechou o ano de 2017 com captação positiva de R\$ 233.459 mil. Os recursos dos associados poupadores somavam R\$ 5.000.168 mil em 31 de dezembro de 2017, evidenciando acréscimo de 11,49% em relação ao volume registrado no mesmo período de 2016 (R\$ 4.484.693 mil). No último dia do mês de dezembro, havia 1.598.989 associados à poupança POUPEX, quantidade 2,30% menor se comparada ao mesmo período de 2016 (1.636.607). Com o objetivo de ampliar as fontes para o crédito imobiliário, desde 2016, a POUPEX mantém um programa de emissão de Letras de Crédito Imobiliário - (LCI). Durante o exercício de 2017, foram realizadas emissões em um montante de R\$ 352.524 mil. Quanto ao produto Financiamento Imobiliário, de janeiro a dezembro foram concedidos 2.536 financiamentos, alcançando o montante de R\$ 158.143 mil. Desse total: R\$ 93.101 mil corresponderam a contratações na linha de material de construção e R\$ 65.042 mil corresponderam a contratações na linha de aquisição ou construção de imóveis. Conforme disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX tem R\$ 443.327 mil (valor de mercado) em títulos mantidos até o vencimento para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o final da curva, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

4. Destaques nas atividades da POUPEX

Em 2017, foram destaques:

- lançamento da abertura da conta de poupança POUPEX pelo celular (app do Banco do Brasil);
- atualização da Política de Concessão de Financiamento Imobiliário, estabelecendo melhores critérios para a concessão de crédito imobiliário;
- redução de taxa de juros do financiamento para a linha de crédito de Aquisição de Terreno Urbanizado e aumento do prazo máximo para financiamento;
- redução da taxa de juros em operações de crédito imobiliário nas seguintes linhas: aquisição e construção de imóvel residencial; aquisição de imóvel comercial e do Empréstimo com Garantia Imobiliária;
- instituição do Canal de Voz para saque de recursos do FGTS pelo mutuário, quando da segunda utilização;
- curso preparatório interno visando à certificação profissional em crédito imobiliário CA-600 da ABECIP/FGV para empregados do Centro de Relacionamento com o Cliente, das Gerências de Operações Imobiliárias, Administração de Crédito Imobiliário, Crédito Imobiliário e de Pontos de Atendimento do Distrito Federal;
- certificação CA-600 da ABECIP/FGV de 514 empregados, 95% do total previsto para o final de 2017;
- desenvolvimento de projetos com enfoque social como: incentivo a campanhas beneficentes; participação de seus empregados em eventos esportivos; apoios e patrocínios a atletas e às instituições de assistência social.

Os resultados, os processos, a valorização contínua de seus recursos humanos e as iniciativas de caráter socioambiental demonstram a condução de uma governança efetiva e adequada aos propósitos e à missão da Instituição.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		4.786.114	3.778.603
Disponibilidades	3.b e 4	15	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	2.928.969	2.386.192
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.928.969	2.386.192
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	414.315	316.980
Carteira própria		414.315	316.980
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.137.548	754.328
Créditos vinculados		1.137.548	754.328
Depósitos no Banco Central		1.137.491	754.268
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		57	60
Operações de crédito	3.f e 8	250.652	257.003
Operações de crédito		272.768	267.088
Setor privado		272.768	267.088
Provisão para operações de crédito		(22.116)	(10.085)
Outros créditos	9	54.223	63.736
Rendas a receber		276	232
Diversos		53.947	63.504
Outros valores e bens	3.g e 10	392	349
Outros valores e bens		743	817
Provisões para desvalorizações		(360)	(477)
Despesas antecipadas		9	9
Ativo não circulante		2.551.662	2.592.160
Realizável a longo prazo		2.504.073	2.537.804
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	439.097	489.904
Carteira própria		439.097	489.904
Relações interfinanceiras	3.e e 7	783.930	760.018
Créditos vinculados		90.567	88.803
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		143.769	134.585
Provisão para perdas - FCVS		(53.202)	(45.782)
Repasse interfinanceiros		693.363	671.215
Operações de crédito	3.f e 8	1.265.423	1.276.538
Operações de crédito		1.342.910	1.365.352
Setor privado		1.342.910	1.365.352
Provisão para operações de crédito		(77.487)	(88.814)
Outros créditos	9	6.808	7.725
Diversos		6.808	7.725
Depósitos judiciais		6.099	6.889
Diversos		709	836
Outros valores e bens	10	8.815	3.619
Outros valores e bens		8.815	3.619
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	17.077	22.694
Imóveis de uso		9.253	8.512
Outras imobilizações de uso		32.095	32.755
Depreciações acumuladas		(24.271)	(18.573)
Intangível	3.j e 13	22.702	23.852
Ativos intangíveis		32.861	28.448
Amortização acumulada		(10.159)	(4.596)
TOTAL		7.337.776	6.370.763
PASSIVO			
Passivo circulante		1.345.634	987.578
Depósitos	14	941.126	702.668
Depósitos Interfinanceiros		53.782	-
Depósitos a prazo		887.344	702.668
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	311.946	167.634
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		311.946	167.634
Outras obrigações	16	92.562	117.276
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	16.a	12	11
Fiscais e previdenciárias	16.b	12.735	35.706
Diversos	16.c	79.815	81.559
Provisão com despesas de pessoal		39.845	40.564
Provisão para contingências		26.253	22.099
Diversos		13.717	18.896
Patrimônio líquido	17	5.992.142	5.383.185
Recursos de associados poupadores		5.000.168	4.484.693
Reservas de resultados		996.094	906.107
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.120)	(7.615)
TOTAL		7.337.776	6.370.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Semestre e exercício findos em 31/12/2017 e exercício findo em 31/12/2016 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da intermediação financeira		310.794	659.189	780.683
Operações de crédito	7.f e 8.c	128.296	269.861	298.183
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	150.334	328.695	404.340
Resultado das aplicações compulsórias	7.f	32.164	60.633	78.160
Despesas da intermediação financeira		(191.184)	(406.992)	(461.025)
Operações de captação no mercado	14, 15 e 17.a	(185.429)	(383.169)	(430.635)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(5.755)	(23.823)	(30.390)
Resultado bruto da intermediação financeira		119.610	252.197	319.658
Outras receitas/despesas operacionais		(90.937)	(164.935)	(196.497)
Rendas de tarifas bancárias		2.377	4.552	4.973
Despesas de pessoal	18.b	(57.381)	(122.215)	(111.234)
Outras despesas administrativas	18.c	(20.442)	(42.579)	(46.439)
Despesas tributárias	18.d	(10.294)	(22.417)	(29.283)
Outras receitas operacionais	18.a	9.289	38.882	16.714
Outras despesas operacionais	18.e	(14.486)	(21.158)	(31.228)
Resultado operacional		28.673	87.262	123.161
Resultado não operacional	18.f	1.901	2.725	3.569
Resultado líquido		30.574	89.987	126.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Semestre e exercício findos em 31/12/2017 e exercício findo em 31/12/2016 - (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2017	%	Exercício 2017	%	Exercício 2016	%
1 - Receitas	317.795		679.451		773.798	
1.1 - Intermediação financeira	310.794		659.189		780.683	
1.2 - Prestação de serviços	2.377		4.552		4.973	
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(5.755)		(23.823)		(30.390)	
1.4 - Outras	10.379		39.533		18.532	
2 - Despesas de intermediação financeira	185.429		383.170		430.635	
3 - Insumos adquiridos de terceiros	27.957		52.163		69.998	
3.1 - Materiais, energia e outros	9.480		21.165		26.576	
3.2 - Serviços de terceiros	2.166		5.603		7.380	
3.3 - Outras	16.311		25.395		36.042	
3.3.1 - Outras despesas administrativas	1.591		3.887		4.539	
3.3.2 - Outras despesas operacionais	14.486		21.158		31.228	
3.3.3 - Despesas não operacionais	234		350		275	
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	104.409		244.118		273.165	
5 - Depreciação, amortização e exaustão	7.192		11.878		7.900	
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	97.217		232.240		265.265	
7 - Valor adicionado recebido em transferência	170		673		570	
7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	170		673		570	
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	97.387	100,00	232.913	100,00	265.835	100,00
9 - Distribuição do valor adicionado	97.387	100,00	232.913	100,00	265.835	100,00
9.1 - Pessoal	48.429	49,73	103.508	44,44	93.123	35,03
9.1.1 - Remuneração direta	34.666		74.052		67.545	
9.1.2 - Benefícios	10.252		20.182		19.612	
9.1.3 - FGTS	3.511		9.274		5.966	
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	18.371	18,86	39.400	16,92	45.971	17,30
9.2.1 - Federais	17.560		38.308		45.618	
9.2.2 - Estaduais	-		28		32	
9.2.3 - Municipais	811		1.064		321	
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	13	0,01	18	0,01	11	0,00
9.3.1 - Aluguéis	13		18		11	
9.4 - Remuneração de capitais próprios	30.574	31,40	89.987	38,63	126.730	47,67
9.4.1 - Resultados retidos/prejuízos do exercício	30.574		89.987		126.730	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Semestre e exercício findos em 31/12/2017 e exercício findo em 31/12/2016 - (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado líquido	30.574	89.987	126.730
Ajustes ao resultado líquido	14.319	37.331	43.400
Provisão para operações de crédito	5.755	23.823	30.390
Provisão para perdas - Créditos Vinculados	3.331	7.420	7.488
Provisão para perdas - FCVS	2	4	(33)
Depreciações/Amortizações	6.087	10.773	7.900
Perda por valor recuperável - Impairment	1.105	1.105	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(1.986)	(5.867)	(4.134)
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	25	73	54
Baixa de ativos intangíveis	-	-	1.735
Variações patrimoniais	(326.062)	(327.044)	(97.397)
Aumento em ativos operacionais	(311.538)	(446.642)	(235.619)
Aumento/Redução de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	(314.302)	(383.222)	26.245
Aumento/Redução de repasses interfinanceiros	(19.950)	(22.148)	446
Alienação de bens não de uso próprio	2.506	4.160	1.648
Aquisição de bens não de uso próprio	(5.487)	(9.356)	(2.569)
Baixa de provisão para perdas - FCVS	-	(44)	(304)
Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	-	(1.561)	(1.148)
Aumento de aplicações interfinanceiras de liquidez	(44.572)	(40.326)	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Semestre e exercício findos em 31/12/2017 e exercício findo em 31/12/2016 - (Em milhares de Reais)					
	Recursos dos associados	Reserva de resultados (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.409.980	779.377	(1.318)	-	5.188.039
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(6.297)	-	(6.297)
Juros	247.300	-	-	-	247.300
Atualização	87.164	-	-	-	87.164
Captação líquida do exercício	(259.751)	-	-	-	(259.751)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	126.730	126.730
Destinações:					
Reservas	-	126.730	-	(126.730)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.484.693	906.107	(7.615)	-	5.383.185
Mutações do exercício	74.713	126.730	(6.297)	-	195.146
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.484.693	906.107	(7.615)	-	5.383.185
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	3.495	-	3.495
Juros	254.640	-	-	-	254.640
Atualização	27.376	-	-	-	27.376
Captação líquida do exercício	233.459	-	-	-	233.459
Resultado líquido do exercício	-	-	-	89.987	89.987
Destinações:					
Reservas	-	89.987	-	(89.987)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000.168	996.094	(4.120)	-	5.992.142
Mutações do exercício	515.475	89.987	3.495	-	608.957
Saldo em 30 de junho de 2017	4.471.797	906.107	(3.611)	59.413	5.433.706
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(509)	-	(509)
Juros	128.661	-	-	-	128.661
Atualização	6.164	-	-	-	6.164
Captação líquida do semestre	393.546	-	-	-	393.546
Resultado líquido do semestre	-	-	-	30.574	30.574
Destinações:					
Reservas	-	89.987	-	(89.987)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000.168	996.094	(4.120)	-	5.992.142
Mutações do semestre	528.371	89.987	(509)	(59.413)	558.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º SEMESTRE DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, organizada nos termos do Decreto - Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, sob a forma de associação civil mutualista, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – (SFH). A matriz da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX está localizada na Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília – DF, Brasil. Tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e a construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE. A POUPEX compõe o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação, sendo supervisionada pelo Banco Central do Brasil – (BACEN).

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Os rendimentos e os ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A.. Em conformidade com o Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa, atualmente, duas cadeiras de participação no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem, necessariamente, conta-poupança estabelecida com o Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

Além da poupança, a POUPEX conta hoje com operações passivas em Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Depósitos Interfinanceiros Imobiliários (DII).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional – (CMN) e do Banco Central do Brasil – (BACEN) alinhadas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (COSIF). A demonstração do valor adicionado – (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro – (IFRS, em inglês). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional – (CMN) que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC); CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 27 de março de 2018 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8); a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 16); a valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6); a provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões que porventura venham a surgir. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e classificam-se nas categorias abaixo, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

Podem ser vendidos pontualmente a partir do comportamento do cenário econômico, porém sem a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido - "Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda" - até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apreamento dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – (ANBIMA).

ii.2 Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela "curva de cupom de TR" divulgada diariamente pela [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão. Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e pelos encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais – (FCVS): A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e da atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias é tratada como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente apropriadas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se à participação societária em que não há nenhum tipo de influência significativa e estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado e avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos quando identificadas por meio de avaliação técnica consubstanciada por laudo emitido por profissional qualificado de acordo com a NBR 14653 Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos). O cálculo da depreciação é realizado utilizando-se o método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por itens sem substância física, separadamente identificáveis, com vida útil definida, referindo-se basicamente aos desembolsos para aquisição de *softwares* por meio de contratos. São amortizados durante sua vida útil econômica estimada e são registrados pelo custo de aquisição e demais despesas para coloca-lo em disponibilidade de uso deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os ativos sujeitos à depreciação e à amortização são revisados ao final de cada período de reporte para verificar se há alguma indicação/evidência de redução ao *valor recuperável* por meio de avaliação técnica por profissional contratado para este fim conforme previsto na NBR 14653.

Uma perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida pelo valor ao qual o *valor contábil* do ativo excede seu *valor recuperável*.

Este último é o *valor* mais alto entre o *valor justo* de um ativo menos os custos de venda e o *valor em uso*. Neste exercício foram identificados itens com redução ao *valor recuperável* dos ativos não financeiros.

l. Ativos contingentes e provisões para passivos contingentes

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 (CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representados pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, consubstanciando na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 16).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e pelos juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	15	15
Caixa	15	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários¹	2.837.732	2.335.235
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.837.747	2.335.250

i - Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM consideradas equivalentes de caixa:

Título	Emissor	31/12/2017	31/12/2016
CDI	Banco do Brasil S.A.	2.832.061	2.329.610
Fundo	BB CP Auto	1	208
Fundo	BB CP 400 mil	101	94
Fundo	BB CP Corporativo RF - CP 10 Milhões	5.569	5.323
Total		2.837.732	2.335.235

A remuneração média anualizada do 2º semestre de 2017 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 8,29% a.a. (14,11 % a.a. no 2º semestre de 2016) para as aplicações no Banco do Brasil indexadas a Taxa Média SELIC (TMS); 9,53% a.a. (14,21% a.a. no 2º semestre de 2016) para os Fundos de Investimento administrados pelo BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM). Considerando o ano de 2017, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 9,95% a.a. (14,00% a.a. em 2016) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados a TMS; 10,48% a.a. (14,67% a.a. em 2016) para aplicações indexadas ao CDI, nos demais Bancos, e 10,51% a.a. (15,95% a.a. em 2016) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	31/12/2017	31/12/2016			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.928.969	2.386.192			
Não ligadas	2.928.969	2.386.192			
Classificação do Ativo					
Circulante	2.928.969	2.386.192			
Vencimento em dias	0-30	31-180	181-365	Total	%
CDI-OVER	2.832.060	-	-	2.832.060	96,69
CDI-PÓS	54.478	42.431	-	96.909	3,31
Total	2.886.538	42.431	-	2.928.969	100,00

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	114.272	247.307	291.859

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º SEMESTRE DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais

f. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	%	31/12/2017		31/12/2016	
		Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações
AA	-	-	767.489	-	572.857
A	0,5	0,5	437.117	2.186	666.615
B	1	1	118.947	1.189	121.937
C	3	3	79.960	2.399	43.514
D	10	10	19.663	1.966	23.152
E (i)	30	30	152.813	57.100	163.438
F	50	50	6.022	3.011	13.202
G	70	70	6.382	4.467	12.677
H	100	100	27.285	27.285	15.048
Total			1.615.678	99.603	1.632.440

(i) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos "desequilibrados" que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E", tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disto, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E", desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de riscos, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

g. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2016	2016
Saldo no início	(111.443)	(98.899)	(78.584)	(78.584)
Transferências para prejuízo	26.301	41.967	27.461	27.461
Reclassificação do prejuízo	(8.706)	(18.848)	(17.386)	(17.386)
Provisão constituída líquida de reversões	(5.755)	(23.823)	(30.390)	(30.390)
Saldo no final	(99.603)	(99.603)	(98.899)	(98.899)

Classificação no ativo

Circulante	(22.116)	(22.116)	(10.085)
Não circulante	(77.487)	(77.487)	(88.814)
Total	(99.603)	(99.603)	(98.899)

h. Outras informações

Contratos desequilibrados

A carteira de crédito da POUPEX possui na database de 31 de dezembro de 2017 o total de contratos desequilibrados no valor de R\$ 154.578 (R\$ 150.077, em 31 de dezembro de 2016) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescendo, ao final da operação, parcela a amortizar, em razão de situações impostas pela legislação. A provisão sobre o montante da parcela chamada "desequilibrada" obedece à determinação do Banco Central do Brasil – (BACEN).

O montante da provisão em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 63.521 (R\$ 59.534, em 31 de dezembro de 2016). A provisão para os créditos classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central do Brasil – (BACEN). A provisão dos demais níveis é calculada de acordo com os percentuais definidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Quando computadas as operações em prejuízo com característica de "desequilíbrio", o estoque de saldo, em 31 de dezembro de 2017, passa a ser de R\$ 215.926 (R\$ 215.125, em 31 de dezembro de 2016).

Créditos Renegociados

Créditos Renegociados	2º Semestre		2º Semestre	
	2017	2017	2016	2016
Saldo no início(i)	73.711	47.874	47.874	47.874
Recuperados do prejuízo (ii)	491	626	626	626
Transferidos para prejuízo (iii)	(2.401)	(607)	(607)	(607)
Renegociados (iv)	16.314	18.978	18.978	18.978
Liquidados (v)	(387)	(468)	(468)	(468)
Juros incorporados (vi)	1.147	1.518	1.518	1.518
Valores amortizados (vii)	(1.819)	(867)	(867)	(867)
Saldo no final (viii)	87.056	67.054	67.054	67.054

Onde:

- (i) **Saldo no início** - Corresponde ao saldo da referência anterior (1º semestre de 2017).
- (ii) **Recuperados do Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações que estavam em prejuízo na referência anterior e que foram recuperadas por pagamento ou refinanciamento no último semestre.
- (iii) **Transferidos para Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações historicamente refinanciadas e que por reincidir na inadimplência foi transferido para prejuízo no último semestre.
- (iv) **Renegociados** - Corresponde ao saldo das operações refinanciadas no último semestre.
- (v) **Liquidados** - Corresponde ao saldo das operações liquidadas no último semestre.
- (vi) e (vii) **Juros Incorporados e Valores Amortizados** - Corresponde aos juros incorporados nas operações e às amortizações do período.
- (viii) **Saldo no final** - Corresponde ao saldo da referência atual.

9 Outros créditos

a. Composição do grupamento

	31/12/2017		31/12/2016	
	2017	2017	2016	2016
Rendas a receber	276	232	232	232
Diversos	60.755	71.229	71.229	71.229
Adiantamento e antecipações salariais	2.606	2.617	2.617	2.617
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	151	197	197	197
Devedores por depósitos em garantia	6.099	6.889	6.889	6.889
Pagamentos a ressarcir	1.423	1.486	1.486	1.486
Devedores diversos – País	50.476	60.040	60.040	60.040
Total	61.031	71.461	71.461	71.461

Classificação do ativo

Circulante	54.223	63.736
Não circulante	6.808	7.725
Total	61.031	71.461

Rendas a receber

Registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais

Registra os adiantamentos e as antecipações concedidos aos empregados da Instituição.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta

Registra os adiantamentos concedidos às Unidades Administrativas e Pontos de Atendimento.

Devedores por depósitos em garantia

Registram os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.

Pagamentos a ressarcir

Referem-se a valores a ser ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.

Devedores diversos – País

Registra, por titular, as importâncias devidas à Instituição por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país.

Composição

	31/12/2017		31/12/2016	
	2017	2017	2016	2016
Sistema PEX/Poupança Livre - Não Sujeitas a Compulsório	315	9.623	9.623	9.623
Consignação a receber de terceiros	14.361	14.300	14.300	14.300
Complemento de prestações a receber	3.809	3.405	3.405	3.405
Valores a receber da FHE	31.641	32.608	32.608	32.608
Outros	350	104	104	104
Total	50.476	60.040	60.040	60.040

Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição. Destaca-se neste item movimentação valorizada, no valor de R\$ 315, considerada na competência dezembro de 2017, em consonância com as normas legais, a ser baixada até o segundo dia útil do mês posterior.

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.

Complementos de prestações a receber

Registram a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército - FHE sobre o custo de pessoal da POUPEX e de despesas de tecnologia.

10 Outros valores e bens

Composição

	31/12/2017		31/12/2016	
	2017	2017	2016	2016
Outros valores e bens	9.198	3.959	3.959	3.959
Bens não de uso próprio	9.175	4.096	4.096	4.096
Material em estoque	383	340	340	340
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(360)	(477)	(477)	(477)
Despesas antecipadas	9	9	9	9
Total	9.207	3.968	3.968	3.968

Classificação do ativo

Circulante	392	349
Não circulante	8.815	3.619
Total	9.207	3.968

Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta "bens em regime especial".

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

11 Investimentos

Referem-se à participação acionária de 9,6521% na Companhia Brasileira de Securitização – (CIBRASEC), no valor de R\$ 7.810, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

A CIBRASEC teve autorização da Comissão de Valores Mobiliários – (CVM) em 07 de fevereiro de 2017 para publicar como fato relevante o 7º Aditamento ao Acordo de Acionistas da CIBRASEC, datado de 10 de agosto de 2016. Neste comunicado ao mercado, a CIBRASEC informa que mais de 75% dos acionistas aderiram ao acordo. Desta forma, o percentual de participação da POUPEX passou de 9,0905% para os atuais 9,6521% em tela. O montante apropriado de juros referente à participação acionária na CIBRASEC em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 446 (R\$ 350, em 31 de dezembro de 2016).

12 Imobilizado de uso

	31/12/2017		31/12/2016		Exercício	
	Taxa de depreciação - %	Custo	Perda por Valor Recuperável	Depreciação	2017 - líquido	2016 - líquido
Imobilizado						
Imobilizações em curso	0	-	-	-	-	740
Edificações	4	9.253	(1.105)	(1.821)	6.327	7.059
Móveis e equipamentos de uso	10	5.480	-	(3.100)	2.380	2.843
Sistema de comunicação	20	808	-	(565)	243	358
Sistema de processamento de dados	20	24.916	-	(17.182)	7.734	11.125
Sistema de transportes	20	890	-	(497)	393	569
Total		41.347	(1.105)	(23.165)	17.077	22.694

	Exercício 2017					Saldo final 31/12/2017
	Saldo final 31/12/2016	Aquisições	Perda por Valor Recuperável	Baixas/Transferência	Depreciação	
Imobilizações em curso	740	-	-	(740)	-	-
Edificações	7.059	-	(1.105)	740	(367)	6.327
Móveis e equipamentos de uso	2.843	206	-	(225)	(444)	2.380
Sistema de comunicação	358	27	-	(26)	(116)	243
Sistema de processamento de dados	11.125	543	-	(445)	(3.489)	7.734
Sistema de transportes	569	-	-	-	(176)	393
Total	22.694	776	(1.105)	(696)	(4.592)	17.077

	Exercício 2016					Saldo final 31/12/2016
	Saldo inicial 31/12/2015	Aquisições	Baixas/Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2016	
Imobilizações em curso	2.191	740	(2.191)	-	-	740
Edificações	5.165	-	2.191	(297)	(740)	7.059
Móveis e equipamentos de uso	2.998	360	(38)	(477)	(284)	2.843
Sistema de comunicação	412	91	(10)	(135)	(358)	358
Sistema de processamento de dados	12.243	2.824	(6)	(3.936)	(1.125)	11.125
Sistema de transporte	747	-	-	(178)	(569)	569
Total	23.756	4.015	(54)	(5.023)	22.694	

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 9,34%, em 31 de dezembro de 2017 (5,45%, em 31 de dezembro de 2016), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

13 Intangível

Refere-se à aquisição de licenças de uso de *softwares*, sistemas e desenvolvimento. A amortização é efetuada de acordo com vida útil estimada.

	Exercício 2017				Saldo final 31/12/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	23.852	4.413	-	(5.563)	22.702

	Exercício 2016				Saldo Final 31/12/2016
	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	19.671	8.793	(1.735)	(2.877)	23.852

14 Depósitos

a. Interfinanceiros

Depósitos Interfinanceiros Imobiliários – DII negociados com o Banco de Brasília S.A.

Foi estabelecido com o Banco de Brasília S.A. – (BRB) um acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional – (SFN) com fulcro na emissão de Depósitos Interfinanceiros Imobiliários (DII) por parte da POUPEX com respectiva contrapartida na aplicação de CDI-PÓS no BRB (Nota Explicativa 5.a) lastreado em *netting* (cláusula de compensação nos termos do Art. 368 do Código Civil) como forma de mitigar o risco de crédito a que as Instituições estão sujeitas em decorrência dessa multiplicidade de operações beneficiando ambas as partes.

O acordo POUPEX - BRB está amparado pela Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e no Art. 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com respectivo registro na CETIP.

A emissão do DII em *netting* com o BRB no valor de R\$ 50.000, ocorreu em 26 de janeiro de 2017, e culminará em sua compensação no dia 26 de janeiro de 2018. O saldo atual do DII está na ordem de R\$ 53.782.

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2016	2016
Despesas de captação	1.802	3.781	-	-
DII	1.802	3.781	-	-

Despesas de captação

Despesas de captação com depósitos interfinanceiros (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultado)

b. A prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 887.344, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 702.668, em 31 de dezembro de 2016), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º SEMESTRE DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais

c.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

c.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

c.4. Provisão para contingências

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivos trabalhistas	6.070	2.988
Provisão para riscos fiscais (ii.2)	7.792	22.886
Poupança	4.622	4.327
Financiamento imobiliário - ações judiciais (*)	7.485	14.508
Outros	284	276
Total	26.253	44.985

*No segundo semestre de 2015, houve uma evolução do saldo de "Financiamento Imobiliário - Ações Judiciais" em razão da revisão do prognóstico de uma ação ajuizada pela massa falida da Construtora Campanário em desfavor da POUPEX. Como previsto, com lastro nos últimos julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça – (STJ), a POUPEX não obteve sucesso na lide que possuía grau de risco provável tendo provisão constituída conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 25. No primeiro semestre de 2017, a sentença, que homologou o acordo entre as partes e declarou encerradas as obrigações da POUPEX frente à massa falida da Campanário, transitou em julgado. Desta forma, parte da provisão constituída foi revertida no exercício de 2017, razão pela qual se justifica a redução no saldo de provisão para ações judiciais relativas a financiamento imobiliário.

i. Movimentação das provisões para contingências

Contingências	Movimentação no exercício 2017			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Entradas/Transferências	Saídas	
Trabalhistas	2.988	3.566	(484)	6.070
Cíveis	19.111	1.908	(8.628)	12.391
Fiscais	-	23.396(*)	(15.604)	7.792
Total	22.099	28.870	(24.716)	26.253

(*) Conforme Carta Circular nº 3.782, de 19/09/2016, o saldo da conta Provisão para Riscos Fiscais (rubrica excluída pela Carta Circular 3.782/2016), foi transferido, em 02/01/2017, para o grupo Outras Contingências Fiscais (rubrica incluída pela carta Circular 3.782/2016).

Contingências	Movimentação no exercício 2016			Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Entradas	Saídas	
Trabalhistas	2.069	1.268	(349)	2.988
Cíveis	23.077	4.854	(8.820)	19.111
Total	25.146	6.122	(9.169)	22.099

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

ii.1 Provisão para riscos trabalhistas

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

ii.2 Provisões para riscos fiscais

Houve mudança de critério sobre o registro de provisões passivas de acordo com a Carta Circular BACEN nº 3.782, de 19 de setembro de 2016. O disposto nesta Carta Circular aplica-se aos documentos contábeis elaborados a partir da data base de janeiro de 2017. Desta forma, o saldo desta conta foi reclassificado para o grupo Diversos conforme composição item c.4.

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 7.792 (R\$ 22.886, em 31 de dezembro de 2016).

APOUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 137.400 e ao PIS, o de R\$ 14.801. Esses valores referem-se a contingências ativas e, por esse motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

ii.3 Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

d. Passivos contingentes - Risco possível

As demandas classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota. Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

	Quantidade	31/12/2017	Quantidade	31/12/2016
Condomínio	-	-	2	18
Crédito Imobiliário	345	1.364	418	2.027
Empréstimo Simples	13	52	18	99
Fundo de Apoio Moradia –(FAM)	2	34	4	106
Material de Construção	3	2	3	2
Poupança	59	934	60	879
Trabalhista	4	1.568	5	559
Outros	3	3	4	14
Total	429	3.957	514	3.704

Ações - Condomínio

Objeto das ações: representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Objeto das ações: representam pedidos de revisão desistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promoção de execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial – (PES), substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Objeto das ações: diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Planos Verão, Plano Collor I e II).

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido	5.992.142	5.383.185
Recursos de associados poupadores	5.000.168	4.484.693
Reservas de Resultados	996.094	906.107
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.120)	(7.615)

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central do Brasil – (BACEN), os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo – (APE).

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
Despesas de captação	138.660	289.284	341.199
Depósitos de Poupança	134.825	282.016	334.464
FGC	3.835	7.268	6.735

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado nas demonstrações de resultados).

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – (TVM)

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens das demonstrações de resultados

a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	6.469	10.517	5.923
Reversão de imposto de renda	875	1.751	1.454
Reversões de ações judiciais	1.137	8.776	625
Reversões de PIS e COFINS	-	15.604	1.244
Outras Reversões	489	1.179	515
Outras rendas (*)	319	1.055	6.953
Total	9.289	38.882	16.714

(*) Neste total, em 2016, o montante de R\$ 5.944 refere-se a estorno de atualização monetária e juros indevidos, em função de divergência nas metodologias de cálculo utilizadas pela POUPEX e a Administradora do FCVS - Caixa Econômica Federal, no encontro de contas das instituições, relativamente ao FCVS.

b. Despesas de pessoal

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
Salários	33.943	72.638	66.363
Benefícios	7.372	14.269	13.459
Encargos sociais	15.184	33.666	29.563
Treinamentos/estagiários	882	1.642	1.849
Total	57.381	122.215	111.234

c. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
Despesas de comunicação	756	1.595	1.900
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.089	2.729	2.993
Despesas de material	414	950	1.239
Despesas de processamento de dados	1.447	4.882	6.177
Despesas de promoções e relações públicas	1.098	1.743	2.153
Despesas de propaganda e publicidade	1.939	3.023	4.908
Despesas de publicações	271	697	865
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.200	5.031	5.799
Despesas de serviços de terceiros	990	1.847	1.740
Despesas de serviços técnicos especializados	1.168	3.739	5.620
Despesas de transportes	195	410	466
Despesas de viagens	423	878	745
Despesas com indenizações trabalhistas	236	1.016	1.560
Despesas de copa e cozinha	362	717	645
Despesas de consignação	446	880	754
Despesas de depreciação/amortização	7.192	11.879	7.900
Outras	216	563	975
Total	20.442	42.579	46.439

d. Despesas tributárias

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
IPTU	330	372	26
ITBI	282	330	-
Imposto de renda	2.776	6.690	9.334
IOF	290	537	468
Taxas	75	130	42
ISS	123	232	253
COFINS	5.521	11.862	14.989
PIS	897	1.927	2.435
Atualizações	-	337	1.736
Total	10.294	22.417	29.283

e. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
Retomada de imóveis	763	1.687	2.372
Contribuições para associações	100	218	221
Atualizações diversas	163	349	1.976
Resíduos de prestação/amortização/seguros	34	106	148
Descontos concedidos em renegociação	5.349	8.157	13.414
Despesas de contribuição ao SFH	1	1	997
Provisões para perdas com FCVS	4	7	54
Prejuízo com financiamento/sinistro	1.301	1.706	1.141
Despesas de provisões passivas*	5.121	5.938	7.359
Complemento/Devolução de prestações	548	1.170	564
Despesas com imóveis de terceiros	956	1.658	1.542
Outras	146	161	1.440
Total	14.486	21.158	31.228

* A rubrica "despesas de provisões passivas" contempla a rubrica "despesas com ações judiciais" publicada no exercício de 2016 em função de reclassificação promovida pelo BACEN por meio da Carta Circular BACEN nº 3.782, de 19 de setembro de 2016.

f. Resultado não operacional

	2º Semestre 2017	Exercício 2017	2016
Resultados na alienação de valores e bens	2.135	3.070	3.804
Perda líquida de capital	-	5	40
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(199)	(315)	(54)
Despesas com provisões não operacionais	(35)	(35)	(221)
Total	1.901	2.725	3.569

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e estatutos de ambas. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército – FHE. Até julho de 2016, os proventos tiveram como base a tabela – FHE de remuneração. Desde a folha de agosto de 2016, os administradores passaram a ser remunerados pelo exercício das atividades desenvolvidas em cada Instituição de forma independente, conforme preveem as alterações ocorridas no Estatuto da FHE, aprovado pelo Comando do Exército e publicado no DOU, de 13 de outubro de 2016.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos administradores da POUPEX, formado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, estão assim demonstrados:

Composição da remuneração:

	2º semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	1.900	3.771	1.509
Benefícios pós-emprego	319	585	488
Total	2.219	4.356	1.997

A POUPEX não concede empréstimos aos membros da Diretoria Colegiada, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército – FHE. Em decorrência disso, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de despesas de tecnologia, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No exercício de 2017, o montante de ressarcimento foi de R\$ 244.103 (R\$ 223.203, no exercício de 2016).

b. Depósitos - No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% de juros ao ano, cujo encargo totalizou, no exercício de 2017, R\$ 12.445 (R\$ 8.174, no exercício de 2016).

c. Cessão de Crédito - Financiamentos cessão de crédito - Referem-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 103.692, no exercício de 2017 (R\$ 193.528, no exercício de 2016). Eles decorrem de contratos para aquisição de financiamento imobiliário e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d. As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20. Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército – FHE estão assim resumidos:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento:	31.641	-	-	-	32.608	-	-	-
Folha de pessoal	28.002	-	-	-	28.784	-	-	-
Custo de processamento	3.639	-	-	-	3.824	-	-	-
Depósito especial	-	-	139.533	-	-	-	71.071	-
FHE	-	-	139.533	-	-	-	71.071	-
Total	31.641	-	139.533	-	32.608	-	71.071	-

Contas de resultado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º SEMESTRE DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano Misto de Benefícios POUPEV é financiado por contribuições participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, a POUPEX vêm assumindo o custeio integral dos benefícios de risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte).

Cumpra-se destacar que a última alteração regulamentar trouxe novas formas de percepção de benefício programado no Plano, considerando a modalidade de Contribuição Definida – CD.

b. Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A avaliação atuarial do benefício pós-emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPEV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), para o segundo semestre de 2017, considerando os dados e as informações disponibilizadas, estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela Consultoria e Assessoria Atuarial – WEDAN, bem como hipóteses e parâmetros atuariais previamente estudados.

b.1 Estatística descritiva populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPEV na data base de 31/12/2017, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na avaliação anterior, que estava posicionada em 30/06/2017:

	31/12/2017	31/12/2016
Estatística populacional		
Participantes Ativos	1.226	1.293
Idade Média (anos)	40	41
Participantes Auto patrocinados (*)	7	9
Idade Média (anos)	43	37
Participantes em BPD	7	2
Idade Média (anos)	64	63
Aposentados Válidos	5	16
Idade Média (anos)	73	70
Aposentados Inválidos	11	9
Idade Média (anos)	58	60
Pensionistas (número de beneficiários)	17	17
Idade Média (anos)	45	44

* Não considerado para fins de Avaliação Atuarial.

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 31/12/2017 foi submetida à análise de consistência e suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, após ratificações da Entidade administradora, julgadas adequadas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

b.3 Apuração de Duration do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPEV, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do 1º semestre de 2017, resultando no valor de 13,86 pontos.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 29/12/2017, auferindo a Taxa Real de Juros em 5,40% ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

e. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e as Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e os deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrescentes (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, entre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido – BD têm como base as Hipóteses e as Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável.

Neste contexto, a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para estruturação dos planos de benefício de caráter previdenciário a serem observados pelas EFPC's, pertinentes aos estudos técnicos de aderência e convergência.

Apresentamos, a seguir, as Hipóteses e as Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente a aquela realizada no exercício de 2016:

Hipóteses e premissas atuariais	31/12/2017	31/12/2016
Elegibilidade	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Composição familiar		
Ativos	Hx (EXP. POUPEV 2015)	Hx (EXP. POUPEV 2015)
Aposentados	Cadastro individual	Cadastro individual
Crescimento real de salários	3,65%	3,52%
Taxa de rotatividade	GAMA - ROT	GAMA - ROT
Taxa real anual de juros	5,40%	5,69%
Taxa de inflação projetada	4,02%**	4,96%*
Taxa anual de juros	9,64%	10,93%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	9,64%	10,93%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC

Principais hipóteses atuariais	31/12/2017	31/12/2016
Crescimento real de salários	3,65%	3,52%
Taxa real anual de juros	5,40%	5,69%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

(*) 2017 - Projeção BACEN – Séries Temporais – 06/01/2017, referente ao exercício de 2017.

(**) Definida conforme estudo de ALM promovido pela POUPEV.

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPEV está segregado em Benefício Definido – (BD) e Contribuição Definida – (CD), conforme a seguir apresentado:

Exercício - 2017			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(30.296)	(249.289)	(279.585)
Ativo justo	65.692	249.289	314.981
(Deficit) / Superavit	35.396	-	35.396

Exercício - 2016			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(41.297)	(199.504)	(240.801)
Ativo justo	70.344	199.504	269.848
(Deficit) / Superavit	29.047	-	29.047

Exercício - 2016			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(41.297)	(199.504)	(240.801)
Ativo justo	70.344	199.504	269.848
(Deficit) / Superavit	29.047	-	29.047

Exercício - 2016			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(41.297)	(199.504)	(240.801)
Ativo justo	70.344	199.504	269.848
(Deficit) / Superavit	29.047	-	29.047

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	31/12/2017	31/12/2016
Valor do ativo justo no início do período	60.751	64.339
Receita de juros dos ativos	3.493	4.355
Contribuições do patrocinador	1.058	1.673
Benefícios pagos	(473)	(1.161)
Ganhos/(Perdas) sobre o ativo justo	863	1.138
Valor do ativo justo no final do período	65.692	70.344

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação em BD

	31/12/2017	31/12/2016
Valor da obrigação atuarial no início do período	(28.139)	(34.791)
Custo de juros líquido	(1.771)	(2.484)
Custo do serviço corrente líquido	(1.899)	(1.786)
Benefícios pagos	473	1.161
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	1.040	(3.397)
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	2.343	(1.945)
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	190	-
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.493)	(1.452)
Valor da obrigação atuarial no final do período	(30.296)	(41.297)

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (as setceiling)

	31/12/2017	31/12/2016
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(32.612)	(29.548)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.722)	(1.871)
Ganhos/(Perdas) sobre o Teto do Ativo	(1.062)	2.372
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(35.396)	(29.047)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente líquido	(1.899)	(1.786)
- Custo do serviço corrente líquido	(1.899)	(1.786)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(1.771)	(2.484)
- Receita de juros dos ativos	3.493	4.355
- Juros sobre o teto do ativo	(1.722)	(1.871)
Total a ser reconhecido	(1.899)	(1.786)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos / (perdas) sobre o ativo justo	863	1.138
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	1.040	(3.397)
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	2.343	(1.945)
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	190	-
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.493)	(1.452)
Ganhos / (perdas) sobre o teto do ativo	(1.062)	2.372
Total a ser reconhecido	841	113

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo justo do plano	65.692	70.344
Valor presente da obrigação de benefício definido	(30.296)	(41.297)
Superavit / (Deficit) do plano	35.296	29.047
Efeito do teto do ativo	(35.296)	(29.047)
Status da obrigação de benefício definido	-	-

Resumos dos lançamentos	31/12/2017	31/12/2016
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesa do período (DRE)	(1.899)	(1.786)
Outros resultados abrangentes (ORA)	841	113
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	1.058	1.673
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-

d.7 Apuração do ativo justo do plano

	31/12/2017	31/12/2016
Realizável	5.959	4.700
Títulos públicos	187.296	138.684
Créditos privados e depósitos	53.130	47.270
Fundos de investimentos	71.800	76.892
Empréstimos	24.824	23.075
Exigível operacional	(3.525)	(3.672)
Fundo previdencial	(20.770)	(15.634)
Fundo administrativo	(5.959)	(4.700)
Fundo de investimentos	(3.146)	(2.572)
Ajuste para mercado	5.372	5.805
Ativo justo total	314.981	269.848
Parte-BD	65.692	70.344
Parte-CD	249.289	199.504

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Realizável	1,74%	1,62%
Títulos públicos	54,60%	47,72%
Crédito privados e depósitos	15,49%	16,27%
Fundos de investimentos	20,93%	26,46%
Empréstimos	7,24%	7,94%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPEV (Entidade administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPEV em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2018 - 2022, com revisão anual.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, a solvência, liquidez e a rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

A Política de Investimentos segue os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, tendo como *benchmarks* o indexador do Plano INPC-IBGE (referente aos benefícios em BD) acrescido de 4,50% ao ano, concernente aos juros reais.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(30.827)	(29.848)	(30.719)	(29.888)	(29.458)	(31.175)	(30.296)
Valor justo dos ativos do plano	65.692	65.692	65.692	65.692	65.692	65.692	65.692
Superavit / (Deficit) técnico do plano	34.865	35.844	34.973	35.804	36.234	34.517	35.396

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(41.542)	(41.109)	(41.711)	(40.897)	(40.279)	(42.360)	(41.297)
Valor justo dos ativos do plano	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344
Superavit / (Deficit) técnico do plano	28.802	29.235	28.633	29.447	30.065	27.984	29.047

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos

Considerando os valores dos benefícios esperados a ser pagos sem descontar a valor presente:

	Valores esperados - Posições	31/12/2017	31/12/2016
	Até 1 ano:	1.237	1.217
	De 1 ano a 2 anos:	1.533	2.724
	De 2 anos a 5 anos:	6.555	11.088
	Acima de 5 anos:	111.866	132.912
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:		121.191	147.941

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 13,86 anos (pontos).

d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

	30/06/2018		
Custo do serviço corrente líquido			(2.016)
- Custo do serviço corrente líquido			(2.016)
Custo de juros líquido			-
- Custo de juros da obrigação			(1.636)
- Receita de juros dos ativos			3.299
- Juros sobre o teto do ativo			(1.663)
Total a ser reconhecido			(2.016)

d.13 Contribuições esperadas para o próximo semestre

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
- Contribuições normais	1.108	6.891	7.999
- Contribuições administrativas	23	143	166
- Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.131	7.034	8.165

21 Gerenciamento de riscos e capital regulatório

a. Processo de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O processo de gerenciamento de riscos e de capital da POUPEX possibilita que os eventos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, e que o capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º SEMESTRE DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais

A mensuração é realizada valendo-se da base de dados dos sistemas institucionais para calcular o montante provisionado, os valores baixados e recuperados de prejuízo, o detalhamento da exposição da carteira imobiliária por setor econômico e por região geográfica, o monitoramento da qualidade da carteira de financiamento imobiliário, o comportamento da inadimplência dessa carteira, segregada por forma de pagamento (boleto, débito em conta corrente e consignação) e por status contábil (normal, anormal e prejuízo), o comparativo da inadimplência com o mercado, o acompanhamento da inadimplência por tipo de garantia e a verificação da aderência à Resolução nº 2.682/1999. A carteira de crédito é avaliada regularmente em termos de sua qualidade, sendo alcançada com o acompanhamento dos limites de exposição de riscos definidos conforme regulamentação do CMN e do BACEN. A comunicação dos resultados do gerenciamento de risco de crédito é realizada por meio de relatórios à Governança.

c. Risco de Mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado consiste em monitorar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços.

As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter a revisões periódicas os processos de gerenciamento e controle, a fim de mantê-los alinhado ao mercado e aderente ao processo de melhoria contínua.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez define as diretrizes e estratégias aplicáveis no monitoramento dos processos internos da POUPEX, com o propósito de garantir a administração, o controle e os procedimentos adequados na condução dos riscos.

A administração deste risco abrange as posições mantidas pela Instituição, não havendo na carteira títulos disponíveis para negociação, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente.

O controle desse risco é realizado com base na segregação por Fatores de Riscos - (FR) das operações, ativas e passivas, que estão sujeitas às variações das taxas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M e que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN.

Utiliza-se o Fluxo de Caixa Descontado para mensuração da exposição da carteira de títulos disponíveis para venda e não disponíveis, sendo os testes de estresse mensurados de acordo com o estipulado pelo BACEN.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com ativos de maior risco, mantendo reduzida a exposição ao Risco de Mercado.

Por fim, os procedimentos adotados neste gerenciamento encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Órgão Regulador e as normas internas da Instituição.

d. Risco de Liquidez

O Risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O processo de gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.

A POUPEX detém baixa exposição a este risco em função do elevado montante aplicado em operações com disponibilidade imediata, e possui plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente a eventual caso de crise de liquidez.

A partir do primeiro trimestre, o público em geral teve a oportunidade de investir em Letras de Crédito Imobiliário (LCI) ofertadas pela POUPEX. Trata-se de títulos de renda fixa, com o objetivo de favorecer, de forma crescente, o desempenho financeiro da POUPEX.

Esse tipo de operação ajuda a reduzir a dependência da captação de poupança, particularmente nos períodos em que os saques superem os depósitos, além de ampliar as disponibilidades da Instituição para honrar eficientemente suas obrigações.

O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes a este risco são submetidos a revisões periódicas pela Governança.

e. Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo o risco legal associado a contratos firmados pela Instituição, com sanções estabelecidas em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações a terceiros por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados pela Instituição e aprovados pela Governança, na gestão e controle do Risco Operacional, foram estabelecidos em conformidade à Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, mas, a partir de 23 de fevereiro de 2018, passarão a ser regidos pelo o que determina a Resolução nº 4.557/2017.

O gerenciamento de Risco Operacional conta com o suporte da Governança, estando vinculado ao Sistema de Controles Internos (SCI), e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, consequentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza, inclusive na prevenção ao conflito de interesses.

A Instituição tem estabelecida uma Diretriz-Geral da Presidência que orienta para o aprimoramento contínuo dos procedimentos que se vinculam ao gerenciamento de riscos, caracterizado pela descentralização das ações executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento realizado pela CORCI.

Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados na Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, além de outros que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado.

f. Capital Regulatório

O Patrimônio de Referência (PR) é formado pelo somatório dos Níveis I e II. Sendo o Nível I constituído pelo Capital Principal (CP) e Complementar, tendo como função absorver perdas durante o funcionamento da Instituição. Enquanto o Nível II tem por finalidade assimilar as perdas decorrentes da liquidação da Instituição.

O Capital Principal da POUPEX é composto pelas Reservas de Lucros e Contas de Resultado, deduzindo-se os Ajustes Prudenciais. Já o Nível II é utilizado apenas quando constatada a inviabilidade de funcionamento.

Em janeiro de 2016, em obediência ao art. 11 da Resolução nº 4.192/2013, a POUPEX passou a deduzir os ajustes do Capital Principal, aplicando percentual sobre os ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013. A apuração do PR é realizada com base nas demonstrações contábeis, em consonância com os normativos publicados pelo BACEN, Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, ambas de 1º de março de 2013, e Circular nº 3.726, de 6 de novembro de 2014.

A adequação dos requerimentos mínimos de PR da Instituição é acompanhada mensalmente por intermédio da elaboração do Demonstrativo de Limites Operacionais - (DLO), sendo expresso na forma de índices e limites. A Instituição atende à determinação do BACEN para a manutenção permanente de capital (Patrimônio de Referência) e de adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades.

DIRETORIA	
ERON CARLOS MARQUES Presidente	RICARDO BARBALHO LAMELLAS Vice-Presidente
RICARDO JOSÉ ANDRADE LEITE VIANA Diretor	CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO Diretor
JOSÉ RICARDO KÜMMEL Diretor	JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Diretor
CLAUDIO ROGERIO PINTO Diretor	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
JOSIANE RODRIGUES NEIVA Contadora - CRC-DF 009.841/O-7

SÍNTESE DA GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL - 2º SEMESTRE/2017

As melhores práticas corporativas, atreladas às orientações do órgão regulador, têm exigido das instituições financeiras a adoção de políticas específicas para gerenciamento de riscos e de capital, no mínimo para estabelecer ordenamento normativo para preservar a condução satisfatória do Sistema Financeiro Nacional – (SFN), do qual a POUPEX é integrante.

No decorrer do segundo semestre a Instituição estabeleceu rotinas diferenciadas para identificar e qualificar as categorias de riscos, de forma contínua e sistemática, valendo-se de estrutura devidamente preparada para alcançar o nível de complexidade e extensão de suas operações, contando com a atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – (CORCI).

Essa área dá tratamento aos riscos financeiros e operacional. O Risco de Crédito avalia prioritariamente a carteira imobiliária, monitorando as movimentações entre os níveis de risco e os limites das operações por cliente, e o Risco de Mercado avalia as condições decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela POUPEX.

Embasa-se o gerenciamento do Risco de Liquidez pelo comportamento do fluxo de caixa e o correspondente resultado de sua disponibilidade, e o Risco Operacional pela correta identificação de eventos externos e internos que possam impactar a realização dos objetivos, tendo por finalidade contribuir com o processo de tomada de decisão, proteger os ativos e resguardar a imagem da Instituição.

O Risco Operacional tem por característica auxiliar na adoção de métodos de prevenção a riscos indesejáveis, disseminando a importância da aplicação de medidas de controles nos processos desenvolvidos, com vistas a minimizar a ocorrência de situações que possam comprometer os negócios da Instituição. Atua em parceria com o Sistema de Controles Internos no tratamento de situações e eventos identificados, dando subsídios para aprimorar processos de trabalho conduzidos no âmbito das áreas gestoras.

A metodologia para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco - (RWA) obedece à Abordagem do Indicador Básico e, especificamente para o risco de mercado, são realizados testes de estresse para as operações classificadas na carteira “Banking”, conforme parâmetros definidos pelo Banco Central do – (BACEN), e utilizada metodologia de fluxo de caixa descontado, cujo resultado tem indicado estar a Instituição com amparo consistente de capital, em patamar superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador.

Pelos moldes do BACEN, o Vice-Presidente é o Diretor de Riscos da POUPEX, a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital ocorre pela divulgação das políticas e descrição da estrutura, além do estabelecimento de monitoramento contínuo dos graus de exposição previstos nos Relatórios de Riscos, publicados na página da POUPEX na internet, em www.poupex.com.br.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2017.
HIDELMA DA CUNHA NANTES
Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017
--

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – CEP 70.630-902 – Brasília - DF os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Resumido referente ao exercício de 2017.

ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou várias reuniões referentes ao exercício de 2017, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;

b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (I) a sua independência; (II) a qualidade dos serviços prestados; e (III) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação;

c) Supervisionou as atividades da área de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos;

d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação;

e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Associação para a elaboração de suas demonstrações financeiras;

As exposições aos riscos de Crédito, Mercado e Operacional são apurados de acordo com o somatório dos ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted-Assets – RWA*), e está suportado pela regulamentação vigente, alcançando os registros nas contas ativas, passivas e de compensação.

A POUPEX optou pela Abordagem do Indicador Básico (*Basic Indicator Approachs – BIA*) como metodologia para a apuração da parcela do RWA, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}), conforme mensagem eletrônica nº 1080448383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008.

O cálculo do PR da POUPEX encontra-se detalhado a seguir:

Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2017	31/12/2016
Base de Cálculo - em R\$ mil	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	675.507	892.770
Capital Principal (CP)	675.507	892.770
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	996.095	906.107
Ajustes de Avaliação Patrimonial*	(4.121)	(7.615)
Sobras ou Resultados acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Ajustes Prudenciais Exceto Partic. Não Coligadas e Créd. Tributário	316.467	5.722
PR Nível I Desconsiderados os Ajustes Prudenciais	991.974	898.492
Capital Principal Ajustado II	1.308.441	904.214
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	675.507	892.770

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver ganhos não realizados. **BN: alinea “a”, inc. II do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.**

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, enquadrou as instituições financeiras entre S1 e S5, para fins de aplicação proporcional da regulamentação prudencial. O CMN considerou o porte e a atividade internacional das instituições que compõem cada segmento, tendo a POUPEX sido enquadrada no Segmento 3 (S3), que é composto pelas instituições cujo ativo total seja igual ou superior a 0,1% (um décimo por cento) e atinja no máximo 1% (um por cento) do Produto Interno Bruto – (PIB).

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal

Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez e difícil avaliação, ou que dependam de lucro futuro para serem realizados.

A POUPEX deduz os ajustes prudenciais do Capital Principal, equivalente à aplicação de percentual sobre o saldo dos ativos intangíveis, que em 2017 representou 80%, mas que corresponderá a 100% em 2018. A partir de abril de 2017 também se passou a ajustar, no Capital Principal, o montante dos investimentos em Letras Financeiras Subordinadas Nível II(LFSN), que são consideradas instrumentos de captação emitidos por instituições, elegíveis a compor o Nível II nos termos das Resoluções 4.123/2012 e 4.192/2013. Esse ajuste reduz o PR da Instituição.

Índice de Basileia:

Conforme recomendações do Comitê de Basileia, o BACEN estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, entre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI).

A aplicação dos Acordos de Basileia no Brasil foi acompanhada de maior rigor regulatório relativamente aos padrões internacionais. Desde Basileia I, o fator de ponderação aplicado ao ativo ponderado pelo risco definido pelo BACEN era de 11,0%, enquanto os padrões internacionais sugeriam um valor de 8,0% para este parâmetro. O BACEN determinou que o requerimento mínimo de PR conviria, paulatinamente, aos padrões internacionais, retroagindo dos 11,0% para 8,0%, de 2015 a 2019, respectivamente. Em contrapartida, introduziu, também gradualmente, três colchões de capital, que formam o Adicional de Capital Principal (ACP), sendo: de conservação, contracíclico e sistêmico, este último não aplicável à POUPEX.

Esses fatores estão reunidos numa única rubrica, intitulada Adicional de Capital Principal, e têm suas alíquotas elevadas progressivamente, a partir de 2016 até 2019, que deverão ser somados aos elementos de capital. Além disso, previu:

I – metodologia de apuração do capital regulamentar, segregado nos Níveis I e II, estando a Instituição alcançada apenas pelo Nível I até o momento;

II – metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Com a adoção de Basileia III, o órgão regulador passou a promover a convergência dos requerimentos aplicados no Brasil aos padrões internacionais, exigindo das Instituições a manutenção de índice mínimo de Basileia no intervalo de 11,0% a 13,0%, conforme demonstrado a seguir.

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência – (PR)*	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal – (ACP)	-	1,25%	2,5%	3,75%	5,0%
ACP-Conservação	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
ACP-Contracíclico	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Novo Requerimento de Capital	11,0%	11,13%	11,75%	12,38%	13,0%

* O Patrimônio de Referência, o Capital Principal e o Capital de Nível I da Instituição possuem o mesmo valor. Os Índices de Capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/2013 e 4.193/2013, que tratam do cálculo do PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, estando distribuídos conforme o quadro a seguir:

Descrição	31/12/2017 Exposição	31/12/2016 Exposição
Índice de Basileia	23,83	36,28
Índice de Capital Principal – ICP	23,83	36,28
Índice de Nível I – INI*	23,83	36,28
Índice de Imobilização	5,86	5,45

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	PAULA LUCIANA VIANA DA SILVA LIMA MAZANÉK Conselheira
JOSÉ LUIZ DE PAIVA Conselheiro	ORLANDO HUMBERTO COSTA JUNIOR Conselheiro
ANTONIO CÉSAR ALVES ROCHA Conselheiro	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 2º SEMESTRE/2017
--

A POUPEX vem mantendo ambiente de controle alinhado com sua estrutura de funcionamento operacional e administrativo, suportada por normativos atualizados que abordam assuntos mais diretamente relacionados à segurança operacional e ao estabelecimento de medidas preventivas, entre as quais a segregação de funções e a abordagem do conflito de interesses, as alçadas e competências decisórias, as decisões tomadas em colegiado, a apreciação mensal dos desempenhos contábil e orçamentário e o funcionamento de comitês estratégicos, além da atuação de Comitê de Ética suportado por um Código de Conduta.

Mantém-se instalado o Sistema de Controles Internos – (SCI), composto por um núcleo que potencializa suas atividades, cujos integrantes são a Auditoria Interna – (AUDIT), a Consultoria de Gestão Organizacional – (COGEO), a Ouvidoria – (OUVID) e a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – (CORCI), que o conduz, tendo como objetivo atuar em conjunto com os gestores no aperfeiçoamento dos processos e metodologias de trabalho.

Os assuntos tratados no âmbito desse núcleo originam-se dos resultados e apontamentos das auditorias interna e externa e do órgão regulador, nos mapeamentos conduzidos pela COGEO, nas ocorrências registradas na OUVID e nos acompanhamentos realizados pela CORCI, que tem como objeto de apreciação dados disponibilizados pelos sistemas institucionais, como o *Business Intelligence – (BI)*, Sistema de Gestão Integrado – (ERP), Sistema de Controle do Crédito Imobiliário – (SCCI), Sistema Total Banco, além de outras ferramentas processadoras das operações da POUPEX.

A metodologia de trabalho do núcleo do SCI prevê a realização de reuniões bimestrais, com a usual participação dos gestores que se vinculam aos assuntos tratados, tendo como premissa desenvolver e implementar procedimentos de controles que minimizem ou evitem a reincidência de ocorrências não previstas.

A POUPEX promove reuniões mensais com os gestores, cuja coordenação ocorre em sistema de rodízio entre os participantes, em que são tratados no mínimo o desempenho orçamentário e as demonstrações contábeis do período, além de outros assuntos atinentes a esse nível tático da organização, servindo de importante instrumento de alinhamento de informações no âmbito organizacional.

O crédito imobiliário é conduzido na estrita observância da segregação de funções e da prevenção ao conflito de interesses, uma vez que as fases desse tipo de operação de crédito são conduzidas por quatro Diretorias, envolvendo cinco Gerências, além dos Pontos de Atendimento, responsáveis pela recepção e primeira análise crítica dos documentos.

Os controles internos têm atuação conjunta com o gerenciamento de riscos da POUPEX, considerando o envolvimento com as ações de melhoria aos eventos identificados e a necessidade de serem implementados os respectivos procedimentos de mitigação ou de extinção de riscos.

As demonstrações contábeis mantêm-se atualizadas para atender à realidade da Instituição, havendo procedimentos de conciliação a fim de evitar que haja registros indevidos de operações realizadas pelas áreas, como também para preservar a transparência das informações apreciadas pela Governança e publicadas na página da POUPEX.

O Comitê de Auditoria – (COAUD) elabora relatório avaliativo do funcionamento e dos resultados da estrutura do SCI e da AUDIT, cujas conclusões confirmam a disponibilização de informações relevantes e necessárias para aprimorar o processo de tomada de decisão da Governança.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2017.
HIDELMA DA CUNHA NANTES
Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017
--

O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o exercício de 2017.

Brasília, 26 de março de 2018.

Gen. Claudio Rogério Pinto
Membro do COAUD – Coordenador

Ricardo José Andrade Leite Viana
Membro do COAUD

José de Castro Neves Soares
Membro do COAUD

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, aos Associados, e aos Administradores da **Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX** Brasília–DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX (“POUPEX”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à POUPEX, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da POUPEX, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da POUPEX. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da POUPEX é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central

do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a POUPEX continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a POUPEX, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da POUPEX são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da POUPEX.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da POUPEX. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a POUPEX a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 27 de março de 2018

